

Igualdade de gênero e divisão sexual do trabalho: subalternidades, enfrentamentos e resistências a partir da percepção de mulheres trabalhadoras da cidade de Guarabira/PB

Clarissa Cecília Ferreira Alves ^[1], Cassia Maria de Souza Gonçalo ^[2], Janiele Ferreira Batista ^[3], Lucas de Lima Oliveira^[4], Marsoniel Felipe da Costa ^[5]

[1] clarissacecilia@gmail.com. [2] cassiaplz31@gmail.com. [3] jane_nielly@hotmail.com. [4] lucas13.gba@hotmail.com.

[5] nyehl_felipe@hotmail.com. IFPB.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar como mulheres trabalhadoras ligadas ao comércio percebem as subalternidades a que são condicionadas, os enfrentamentos individuais que possuem e as formas de resistência por elas desenvolvidas no contexto da divisão sexual do trabalho. Interessa-nos conhecer como se dá a percepção das mulheres em relação à divisão sexual do trabalho e às formas de mobilização e resistência face às situações de desigualdade de gênero ainda enraizadas em nossa sociedade. A partir da utilização da técnica de pesquisa da entrevista semiestruturada, o estudo tem o caráter qualitativo, tendo como *locus* da pesquisa a cidade de Guarabira/PB. Espera-se que este estudo e os resultados aqui apontados possam contribuir para entender de que modo as mulheres entrevistadas consideram que se pode superar a desigualdade de gênero.

Palavras-chave: divisão sexual do trabalho; gênero; comércio.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze how women workers linked to commerce perceive the subalternities to which they are conditioned, the individual constraints they have and the forms of resistance they develop in the context of the sexual division of labor. We seek to understand how women's perception of the sexual division of labor and the forms of mobilization and resistance regarding situations of gender inequality are still rooted in our society. Using the research technique of the semistructured interview, this is a qualitative study, which has the city of Guarabira/PB as locus of the research. It is expected that this study and the results here pointed out may contribute to the understanding of how the women interviewed consider ways of overcoming that gender inequality.

Keywords: *sexual division of labor; gender; trade.*

1 Introdução

Historicamente, as relações patriarcais têm perpetuado uma divisão do trabalho baseada no sexo, atribuindo-se aos indivíduos masculinos a responsabilidade pelo trabalho produtivo e pela garantia do sustento financeiro das famílias, de modo a lhes garantir a ocupação de postos de trabalho na esfera pública e a condução da vida política.

Às mulheres, todavia, foi atribuída, ao longo da história, e especialmente na modernidade, a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo, ou seja: o trabalho doméstico em geral, o cuidado dos enfermos, dos idosos, das crianças (pode-se incluir, também, o cuidado de homens adultos saudáveis), a ser realizado na esfera privada das relações sociais, muitas vezes, inclusive, de modo cumulado com um trabalho externo.

Nesse sentido, a partir do conceito de “divisão sexual do trabalho” – elaborado a partir dos estudos feministas que se voltaram para a denúncia da invisibilização do trabalho doméstico enquanto trabalho, evidenciando sua importância para o funcionamento do modo de produção capitalista – a presente pesquisa se propõe a pensar como as próprias mulheres trabalhadoras percebem essas relações sociais, marcadas pelas desigualdades de gênero, nas quais estão inscritas.

A partir de uma análise qualitativa, que utilizou como técnica de pesquisa a entrevista semiestruturada junto a trabalhadoras ligadas a atividades de comércio, o estudo pretendeu refletir sobre três aspectos inseridos nas relações de trabalho vislumbradas a partir de um ponto de vista de gênero: as subalternidades a que as trabalhadoras são condicionadas, os enfiamentos individuais que possuem e as formas de resistência por elas desenvolvidas no contexto da divisão sexual do trabalho local.

Sendo resultado do relatório final de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal da Paraíba, realizado no Campus Guarabira, e em razão da preocupação com a reflexão sobre as realidades locais, elegeu-se como *locus* de pesquisa a cidade de Guarabira/ PB e como foco de análise as perspectivas das trabalhadoras locais.

Desse modo, o artigo se estruturou da seguinte forma: inicialmente, buscou-se traçar os pressupostos teóricos para a compreensão do estudo, primeiro refletindo acerca das relações contraditórias construídas historicamente em torno das esferas

pública e privada e, em seguida, sobre o conceito de “divisão sexual do trabalho”; por fim, analisa-se a percepção das trabalhadoras guarabirenses acerca da igualdade de gênero no contexto da divisão sexual do trabalho, a partir de seus próprios depoimentos.

2 Homens e mulheres nas esferas pública e privada: contradições historicamente construídas

Os avanços tecnológicos impactaram o mundo do trabalho com mudanças complexas e contraditórias. Hirata (2002) conceitua essas mudanças como paradoxais no âmbito do trabalho, pois se caracterizam pela estabilidade dos modelos de produção atual, apresentando um forte comprometimento do trabalhador, vindo de encontro com a instabilidade do emprego causado pelo aumento do desemprego, tornando o trabalho mais flexível.

Essa diminuição da estabilidade do emprego é assegurada basicamente pela presença de mulheres nos tipos mais flexíveis do trabalho, concomitantemente a uma diversidade de funções e de tarefas mais direcionadas às trabalhadoras (BLOCH, 1998). Essas atividades femininas estão centradas especialmente nos serviços pessoais, na saúde e na educação.

Faria e Nobre (1997) vão mais além dessa perspectiva de flexibilidade de trabalho, afirmando que, com o processo histórico de consolidação do modo de produção capitalista, a divisão sexual do trabalho é aperfeiçoada no que se refere às atividades voltadas para as esferas pública e privada das relações sociais (OKIN, 2008), sendo erigido um paradigma de sociedade em que o privado torna-se o lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade, do cuidado; em contrapartida, o público torna-se o espaço do homem, dos iguais, da liberdade, do direito. Ficando, pois, para as mulheres, o papel de mãe e cuidadora de crianças, enfermos e idosos, além da preservação da moral e da conduta humana. Estas foram, portanto, marcadas por esta função de mãe que penetrou no corpo das mulheres e acabou por definir a sua essência (BADINTER, 1985).

Vale ressaltar que a divisão entre homem-público e mulher-privado encontra um processo de ruptura após as lutas do movimento feminista dos últimos 50 anos (ARÁN, 2003), passando, as mulheres, a partir daí, a deslocarem-se de modo mais intenso para ocupar a esfera pública, antes dominada por homens.

Importa destacar, todavia, que, embora o modo de vida burguês forjado com o aprimoramento do modo de produção capitalista nos séculos XVII e XVIII tenha estabelecido um paradigma de família monogâmica e baseado fortemente nessa relação de trabalho em que homens são os únicos responsáveis por garantir os meios de subsistência a partir da venda da força de trabalho ou da exploração da força de trabalho alheia, essa dedicação exclusiva às atividades do lar não é a regra para as mulheres negras e proletárias (DAVIS, 2016), que tiveram sua força de trabalho historicamente espoliada na esfera pública, seja por meio do trabalho escravo (em que as relações entre público e privado se organizam de modo profundamente diverso) ou por meio do trabalho fabril (em que a acumulação com a jornada doméstica inicia-se bem antes das reivindicações por direitos exclusivos para as mulheres).

A diferença entre os sexos é, portanto, fruto de uma construção social que tem como base uma relação de poder (SCOTT, 1996), sendo, pois, a construção social da divisão do trabalho entre homens e mulheres inseparável das relações de gênero. Nesse sentido, faz-se necessária uma ruptura no modelo de divisão das práticas sociais entre masculino e feminino, o que implica na ruptura destes enquanto supostos modelos universais (KERGOAT, 1996).

3 O conceito de “divisão sexual do trabalho” e seus princípios

O conceito de “divisão sexual do trabalho” começou a ser construído no início da década de 1970, a partir de estudos feministas que se voltavam para a denúncia do trabalho doméstico enquanto trabalho, de modo semelhante ao que se passa com o trabalho produtivo, considerado como paradigma das análises marxianas no tocante à denúncia do modelo capitalista de exploração.

As primeiras análises feministas, buscaram, portanto, explicitar a existência de uma forma de apropriação (GUILLAUMIN, 2003) do trabalho das mulheres por meio do “modo de produção patriarcal” (DELPHY, 2015), em que se desenvolve uma forma paralela de extorsão do trabalho – realizado de modo gratuito por mulheres na esfera privada – que é invisibilizada, não reconhecida. Este trabalho invisível é, por conseguinte, de fundamental importância para o funcionamento do próprio modo de produção capitalista, pois é responsável por reproduzir socialmente a esfera

doméstica e a força de trabalho necessária para ser vendida e explorada pelo capital.

O conceito de divisão sexual do trabalho é, pois, compreendido como um processo de divisão do trabalho que tem por base as relações sociais entre os sexos, sendo essencial para que estas relações se perpetuem historicamente. Essa divisão é, nesse sentido, orientada por dois princípios: o princípio da separação, através do qual se evidencia trabalhos “de mulheres” e trabalhos “de homens”; e o princípio hierárquico, em que se considera que o trabalho masculino teria mais importância do que o trabalho feminino (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Importa enfatizar que, embora esse modelo de divisão sexual do trabalho seja dominante historicamente nas sociedades existentes no planeta, não se trata de uma relação a-histórica e universal. A divisão sexual do trabalho, assim como as relações de gênero, possui um sentido social e histórico, não sendo fruto da natureza das coisas, nem de uma relação determinista, como preceituam ideologias naturalistas. Tais relações são, nesse sentido, passíveis de mudança e transformações estruturais, tão logo se construa a perspectiva de um outro modelo de sociedade.

A divisão sexual do trabalho passa por um momento de reconfiguração (HIRATA, 2012), de modo que as relações sociais de classe, “raça”/etnia e gênero são ressignificadas e remodeladas para atender a novas demandas, fruto da globalização, da queda do estado de bem-estar social e das exigências advindas de políticas neoliberais. Assim, a precarização do trabalho feminino, a reorganização do trabalho doméstico e assalariado no contexto global e o empobrecimento feminino cada vez maior são reflexos do movimento histórico de mutação dessa divisão do trabalho, o que resulta em mudanças sociais que atingem vários aspectos da vida humana, inclusive a organização das famílias.

Na particularidade brasileira, mudanças significativas foram observáveis nas últimas décadas, como a queda na taxa de fecundidade, levando a uma redução no tamanho das famílias e ao envelhecimento populacional com maior expectativa de vida para as mulheres. Observou-se que o crescimento da chefia das mulheres no tocante às residências brasileiras e os valores relativos ao papel social das mulheres alteraram a identidade feminina, passando esta a ser voltada para o trabalho renumerado (IBGE, 2004).

Conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no entanto,

enquanto as mulheres casadas (ou vivendo em união consensual), provedoras do domicílio ou não, gastam em média 30 horas semanais nos afazeres domésticos, o homem utiliza apenas cerca de 12 horas semanais de trabalho doméstico (IBGE, 2010).

Assim, as mulheres brasileiras passam a chefiar cada vez mais os lares e a ingressar mais intensamente no mercado de trabalho, porém com uma diferença em relação à carga horária exercida pelo homem, que não cumulam trabalho doméstico e trabalho assalariado, ou seja, não perfazem a conhecida dupla jornada de trabalho.

A ideia de “divisão sexual do trabalho” apresenta-se como conceito relevante para compreender as relações de trabalho a partir de uma chave de gênero, servindo, portanto, como categoria crucial para este estudo, que visa compreender de que modo as trabalhadoras do comércio da cidade de Guarabira, no estado da Paraíba, percebem-se enquanto inseridas nesse processo de estruturação do trabalho.

Assim, compreendidos esses pressupostos de análise, passemos adiante a refletir sobre a pesquisa realizada junto às trabalhadoras guarabirenses, considerando que temos como objetivo compreender de que modo estas percebem as subalternidades a que são condicionadas, os encontros individuais que possuem e as formas de resistência por elas desenvolvidas no contexto da divisão sexual do trabalho.

4 A percepção das trabalhadoras guarabirenses acerca da igualdade de gênero no contexto da divisão sexual do trabalho – métodos e resultados da pesquisa

4.1 Instrumento e sujeitos da pesquisa

A presente pesquisa se propôs a compreender de que modo as trabalhadoras da cidade de Guarabira¹ percebem os processos de divisão sexual do trabalho em que estão inseridas. Sendo assim, utilizou-se como técnica de pesquisa o instrumento da entrevista, a fim de ser colhida a opinião em caráter mais aprofundado

¹ A cidade de Guarabira, localizada na Mesorregião do Agreste Paraibano, é considerada polo comercial regional (o que a faz, em razão disso, ser conhecida como “Rainha do Brejo”) e possui uma população próxima de 59 mil habitantes, sendo quase 55 mil residentes e havendo, entre estes, cerca de 29 mil mulheres (IBGE, 2014).

desses sujeitos. Em seguida, foi aplicado o método da análise de conteúdo para apreciar e compreender o material colhido.

Nesse sentido, as entrevistas foram aplicadas junto a quatro mulheres guarabirenses, de acordo com suas respectivas funções e atividades exercidas enquanto trabalhadoras. Dessa forma, buscou-se levar em consideração a percepção destas mulheres como representantes de quatro categorias estrategicamente relevantes para esta pesquisa, quais sejam: o setor de comércio e serviços, a feira de rua, os cargos de liderança e o sindicato de trabalhadores e trabalhadoras da cidade.

Optou-se, inicialmente, pela aplicação da entrevista a uma *mulher trabalhadora* do setor de comércio e serviços, uma vez que este representa um dos aspectos mais relevantes da economia local, que movimenta parte considerável do trabalho na região. Este é o setor em que trabalha mais da metade (cerca de 5225 pessoas) das pessoas ocupadas na cidade de Guarabira (9261 pessoas), enquanto a indústria movimenta 3478 e a agricultura, 558 pessoas (IBGE, 2014).

Depois, a escolha de uma *mulher feirante* (aqui identificada como M2) considerou a importância da feira de rua para a comunidade local, pelo entendimento de que a feira consiste em um *locus* em que se compartilham e constroem laços cotidianamente, através da forma com a qual se estabelecem as relações entre os/as fregueses/as e os/as vendedores/as. Além disso, as feirantes operam na administração ou gestão das respectivas funções, além de executarem tarefas básicas, como montagem e desmontagem da banca, limpeza do local de trabalho etc.

Optou-se, ainda, por realizar a entrevista a uma *mulher que ocupa cargo de liderança* (aqui identificada como M3), em sentido amplo, pela possibilidade de observar as dinâmicas de poder que circundam as desigualdades relativas às relações de trabalho entre homens e mulheres. No Brasil, as mulheres ocupam apenas 37% dos cargos de direção e gerência, sendo ainda mais desigual a participação de mulheres no topo dos comitês executivos das grandes empresas do setor financeiro, em que ocupam apenas 10% dos assentos (GRANT THORNTON, 2015).

Por fim, a escolha de aplicar a entrevista a uma *trabalhadora que exerce funções no Sindicato dos Trabalhadores no Comércio e Serviço de Guarabira* (aqui identificada como M4), deu-se em virtude da

compreensão de que a proximidade e engajamento nas reivindicações de classe podem gerar um fator diferencial na percepção da divisão sexual do trabalho a que as trabalhadoras estão condicionadas.

Nesse sentido, a aplicação das entrevistas semiestruturadas objetivou ouvir a vivência e a visão de cada trabalhadora, de modo mais aprofundado e explicativo, a fim de que fosse possível compreender alguns aspectos acerca da percepção destas mulheres a partir da divisão sexual do trabalho, que pode variar de acordo com as circunstâncias do meio.

As entrevistas foram aplicadas a quatro mulheres de acordo com os segmentos acima mencionados. O roteiro da entrevista compreendeu 4 (quatro) eixos: 1 – perguntas básicas de caráter pessoal; 2 – percepção da entrevistada acerca das *subalternidades das mulheres enquanto grupo*, que se refere ao contexto geral de desigualdade no trabalho percebido pelas entrevistadas; 3 – percepção acerca dos *enfrentamentos* individuais, que se referem a questões e percepções individuais sobre os problemas que a entrevistada enfrenta no cotidiano; 4 – percepção acerca das possíveis *formas de resistência* às desigualdades, que diz respeito aos modos a partir dos quais as mulheres entrevistadas consideram que se pode superar a desigualdade de gênero (como elas têm resistido? Como elas têm se organizado? O que acham que deve ser feito? O que as mulheres podem fazer?).

Por fim, importa descrever o perfil de cada mulher entrevistada: a entrevistada identificada por M1 é casada, tem filhos, 26 anos de idade, seu nível de escolaridade é ensino médio, sua renda pessoal gira em torno de R\$ 1.200,00 mensais, se autodeclara parda e se encontra no mercado de trabalho como micro empreendedora; a entrevistada M2 tem 62 anos de idade, é separada, tem filhos, é alfabetizada, se autodeclara parda, é feirante e aposentada como servidora pública e conta com uma renda mensal que gira em torno de R\$ 1.900,00; a entrevistada M3 tem 32 anos de idade, é casada, não tem filhos, seu nível de escolaridade é nível superior, se autodeclara branca, sua renda mensal gira em torno de R\$ 1.200,00 e trabalha em cargo de liderança; por fim, a entrevistada M4 tem 19 anos, é solteira, não tem filhos, seu nível de escolaridade é o ensino médio, se autodeclara branca, trabalha em um sindicato e sua renda mensal é de R\$ 700,00.

4.2 Análise dos dados

A apreciação dos dados desta pesquisa encontra-se na forma de análise de dados qualitativos, que, por sua vez, é denominado método da análise de conteúdo. De acordo com Moraes (1999, p. 2)

Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias.

A entrevista em estudo se dá de forma semiestruturada, na qual o/a entrevistador/a utiliza um conjunto de questões predefinidas que lhe auxilia ao longo da entrevista, possuindo, entretanto, certa flexibilidade para inserir outras perguntas pertinentes ao longo da conversação e assim obter o máximo de informações diante das respostas da pessoa entrevistada.

As entrevistas em análise foram realizadas pelos/as pesquisadores/as do projeto “Igualdade de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho: subalternidades, enfrentamentos e resistências a partir da percepção de mulheres trabalhadoras da cidade de Guarabira/PB”, no período de agosto a setembro de 2017, no âmbito da pesquisa do programa institucional de iniciação científica e tecnológica voltado aos diversos campos de estudos em qualquer área do conhecimento - PIBICT. As entrevistas foram aplicadas utilizando um gravador de voz, ferramenta bastante utilizada na realização de trabalhos científicos. A estrutura foi previamente planejada, tendo sido elaborado um roteiro da entrevista que será seguidamente objeto de uma breve análise de acordo com cada categoria.

4.2.1 Subalternidades enfrentadas pelas mulheres enquanto grupo social

Nesta categoria, buscou-se considerar as mulheres enquanto grupo social, a fim de compreender o quanto as mulheres entrevistadas percebem a existência da desigualdade entre homens e mulheres no meio social.

Os posicionamentos assumidos pelas participantes acerca da *existência de desigualdade entre homens e mulheres em nossa sociedade* deram-se de forma similar. Uma das entrevistadas respondeu da seguinte forma:

Eu considero, sim, que ainda tenha uma desigualdade por vista que a mulher ainda é tratada como o sexo frágil, que ela não possa exercer algumas funções, que ela só tenha que exercer profissões que sejam tituladas, tipo: mulher pode fazer aquilo que a sociedade impõe e tal, por isso que eu acho que tem bastante desigualdade (M4).

A entrevistada M4, em sua fala, expõe a percepção de que as mulheres ainda possuem uma posição de subordinação na sociedade, de que, por mais que venham se inserindo no meio do trabalho, é notória a discriminação em alguns setores, especialmente naqueles fortemente ocupados por trabalhadores do sexo masculino.

De modo semelhante, para outras duas entrevistadas (M2 e M1), as mulheres ainda sofrem preconceitos e vivenciam uma desigual participação no mundo do trabalho devido à construção histórica em que as mulheres são tidas como “sexo frágil” e, por consequência, os homens detêm mais poder social.

De modo diverso, M3 tem uma percepção distinta das demais. Quando questionada sobre a existência de igualdade entre homens e mulheres, sua resposta apontou para a existência de equidade, explicando que considera que homens e mulheres detêm os mesmos direitos e que ambos os gêneros podem buscar exercer suas potencialidades no contexto da vida social, sem maiores dificuldades para as mulheres. Vejamos:

Eu acho que a mulher tem o mesmo potencial que os homens, intelectual, físico e, assim, o que vai diferenciar, o que dá pra fazer para que mude a situação é ela se colocar mais em relação à sociedade, se pôr mais em relação aos seus direitos e deveres, mas eu acredito que cabe a mulher também né!? Ir em busca.

Observa-se que, embora três entre as quatro mulheres entrevistadas considerem que persiste a existência de desigualdades entre homens e mulheres, o fato de uma delas não as perceber, mesmo diante de várias circunstâncias sociais que lhes evidenciem (seja através da mídia ou das relações cotidianas), demonstra um processo que atinge as mulheres de distanciamento das reflexões acerca de seus próprios condicionamentos enquanto grupo, não lhes permitindo perceber as relações sociais em que estão inseridas. Ainda, a menção ao fato de homens e mulheres possuírem os “mesmos direitos” revela uma

confusão entre igualdade de direitos (igualdade formal) e igualdade de fato.

Ressalta-se a importância, nesse sentido, dos espaços de construção coletiva e de compartilhamento de vivências entre mulheres, de modo que seja possível a construção de uma percepção conjunta das mulheres, enquanto grupo, de suas subalternidades compartilhadas.

No que tange, portanto, à percepção geral das entrevistadas acerca das *subalternidades enfrentadas enquanto grupo*, observa-se uma conscientização em relação às desigualdades que ainda se encontram enraizadas, que, por consequência, geram uma desigual distribuição de cargos e salários, visto que as mulheres ganham menos que os homens, mesmo exercendo a mesma função em postos de trabalho. É o que podemos observar nas seguintes falas:

acredito que sim, existe muita desigualdade, a princípio, em relação a algumas atividades que a mulher exerce hoje, tanto no comércio como de forma geral no mercado de trabalho, e até a forma como ela é assalariada é muito diferente dos homens (M1).

[...] a gente já viu acontecer casos de mulher trabalhar e exercer a mesma profissão que determinados homens e receber tipo... um salário inferior que o dele, sendo que ela é mais competente e capacitada que ele (M4).

O posicionamento dos sujeitos do estudo revelou que o processo de crescimento das mulheres na sociedade e sua experiência social são bastante significativos e se diferenciam de acordo com suas trajetórias de vida e o meio em que vivem. Sendo assim, a construção do pensamento das mulheres em relação à subordinação que historicamente a sociedade teve como modelo social – o patriarcado –, se desconstrói a partir do seu meio, do seu trabalho, ficando perceptível na fala da M2:

Não, eu acho que o direito é igual. Na feira todo mundo é tratado igual. Não há diferença. Eu acho que é mais na questão do trabalho privado, aquela coisa, assim, de o homem que tem que mandar, mas na feira não tem isso. Acho até que tem mais mulheres trabalhando na feira, porque às vezes a mulher sustenta a casa.

Diante disso, deve-se considerar que as mulheres carregam um peso não compartilhado com os homens: a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo, que recai sobre a classe feminina, tornando-se um obstáculo na inserção no mercado de trabalho. Este é um reflexo visível dos princípios da separação e da hierarquia da divisão sexual do trabalho elencados por Hirata e Kergoat (2007).

Embora esse cenário venha se transformando com o ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho externo ao domicílio, essa inserção é fortemente marcada não pela redução da responsabilização feminina pelo trabalho reprodutivo, mas pela sua penosa necessidade de conciliação com o trabalho produtivo, gerando as conhecidas jornadas duplas ou triplas de trabalho.

Por outro lado, percebe-se que a difícil necessidade de conciliar trabalho produtivo e reprodutivo já se encontra de tal forma incutida no cotidiano das mulheres, que se reproduz um discurso de naturalidade da separação entre esferas pública e privada, no sentido refletido por Okin (2008), como se pode observar no seguinte trecho:

Antes eu achava que os homem tinha que trabalhar e as mulheres ficar em casa, cuidando da casa, mas só que depois eu fui vendo que são por igual, os homens tem que trabaia e as muiê tem que trabaia pra ajudar (M2).

Além disso, a complexidade da divisão sexual do trabalho parece demonstrar que o trabalho externo ao domicílio realizado pelas mulheres persiste, sendo percebido como um trabalho “complementar” ou de ajuda no orçamento familiar. Ainda assim, as próprias atividades profissionais no mercado de trabalho muitas vezes são atribuídas a homens ou mulheres seguindo o “princípio da separação” da divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007), de acordo com o qual são considerados trabalhos “de mulheres” os de cuidado em geral, que, quando profissionalizados, continuam recaindo sobre mulheres. Vejamos a resposta de M3 quando perguntado se ela considera que as mulheres, no trabalho, são subordinadas:

Atualmente eu acho que mudou muito o que antes as mulheres eram mais subordinadas a fazer, mas ainda existe. Hoje em dia as mulheres exercem cargos [...] tipo cuidadora, psicóloga, nutricionista, coisas que cuidam do ser humano,

não cargos de liderança, tem exceções, mas existem [grifos nossos].

Nesse sentido, foi possível perceber que a resposta da entrevistada M3 reforça a ideia de que as profissões relacionadas aos cuidados de saúde são direcionadas preferencialmente ao gênero feminino – mesmo com a presença de mulheres em alguns cargos de liderança –, uma vez que estão ligadas às características femininas como carinho, afeto, empatia, zelo, entre outros. Por outro lado, mesmo já havendo uma melhoria no que tange à inserção da mulher no mercado de trabalho, o quantitativo de mulheres em altos cargos ou cargos de liderança ainda é inferior ao dos homens, como também os níveis salariais.

4.2.2 Enfrentamentos individuais

As mulheres constroem sua identidade a partir de suas experiências, as quais são elementos fundamentais para determinação de sua posição na divisão social e sexual do trabalho. Nesse sentido, a segunda categoria de análise buscou tanto evidenciar as percepções individuais das mulheres como entender os problemas que as entrevistadas enfrentam em seu cotidiano e a sua visão diante dessas situações.

Nesse sentido, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em seu cotidiano se evidenciam a partir das respostas às perguntas sobre as dificuldades em conciliar o trabalho e a família:

Eu num acho dificuldade não de trabalhar em casa e ir pra feira, faço tudo [...] dava tempo para tudo isso, eu trabalhava em roçado, fazia os serviços de casa e trabalhava na feira e no colégio, quando eu ia pra feira eu levava tudim, levava... forrava um paninho lá e levava eles pra feira, ia pra o trabalho, pra o colégio e levava Lila [filha] e ficava mais eu (M2).

Ou quando questionadas sobre as oportunidades de formação e carreira:

Pra mulher é mais questão de responsabilidades, né!? Eu acho que as mulheres têm mais responsabilidades, principalmente quando é casada e cuida dos filhos... essas coisas, por conta disso as vezes impede sim [o desenvolvimento de uma carreira] (M1).

[As mulheres possuem] menos oportunidades... acredito que sim... porque a mulher hoje em dia [...] deixa muito de estudar para [...] exercer uma casa, assumir a função de uma família, de uma líder de casa e esquece muitas vezes que ela tem potencial de ir bem mais longe (M3).

Diante disso, no que se refere à responsabilização pelo trabalho reprodutivo na família, observa-se que, embora as quatro entrevistadas considerem que ele deva ser compartilhado igualmente entre homens e mulheres, as repostas apontam para uma percepção ainda muito enraizada de que o trabalho doméstico masculino se materializaria de modo secundário, na forma de “ajuda”, como se, de fato, a responsabilidade final coubesse às mulheres:

Eu acho que deveria ser compartilhado entre homens e mulheres [...] varrer uma casa, num é só a mulher que tem que fazer, *o homem pode muito bem ajudar...* não vai mudar em nada, não vai deixar de ser homem por causa disso (M1) [grifos nossos].

[...] esse serviço de casa pode ser homem e pode ser mulher, porque tem muito homem que mora só e enfrenta *o serviço que a mulher faz*, às vezes tem homem que mora com a mulher e *ajuda* em tudo e tem outros que fica só esperando pela mulher, [...] mas *o correto é ajudar* (M2) [grifos nossos].

[O trabalho doméstico deve ser] compartilhado entre homens e mulheres, pois *os homens têm todo direito de fazer trabalho doméstico em casa para ajudar a mulher*, tanto [quanto] *a mulher tem o direito e o dever de ajudar o homem em relação aos gastos da casa* [...] (M3) [grifos nossos].

Assim, a percepção das entrevistadas acerca de seus enfrentamentos cotidianos parece indicar que o trabalho doméstico, embora deva ser compartilhado, ainda é uma responsabilidade originária das mulheres, dentro da lógica do “modo de produção patriarcal” (DELPHY, 2015), que requer apenas um *auxílio* masculino, ainda em caráter secundário.

Ainda com relação aos enfrentamentos individuais, os relatos também apontam para a presença cotidiana do patriarcado nas trajetórias de vida das mulheres:

Meu marido me deixou, eu criei esses meninos só. Bom, quando ele saiu de casa, Jaciele [filha] ficou novinha (...) Ele disse que a gente ia passar fome, que eu ia atrás dele [...] Ele levou tudo o que tinha em casa [...], então o amigo do meu filho mais velho se juntou com um amigo e comprou um ponto na feira e foram vender bananas, mas aí ele desistiu do negócio e meu filho falou comigo pra continuarmos, então enfrentei... saía de madrugada em dias de feira... mas aí deixei de vender banana porque tinha que sair de madrugada [...] e comecei por mim mesmo a vender temperos, comecei com bem poquim [...] aí fui vendendo e comprando, vendendo e comprando mais, apurano aquele dinheiro e comprando mais e comprando mais e fiquei... até hoje e não passei fome (M2).

Esse relato aponta para situações reiteradas de violência psicológica (“Ele disse que a gente ia passar fome, que eu ia atrás dele”) e patrimonial (“Ele levou tudo o que tinha em casa”), ambas tipificadas na Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), muitas vezes sequer percebidas pela vítima como tal.

A presença do patriarcado, assim, parece ser identificada pelas mulheres, que passam a relacionar seus enfrentamentos individuais com o contexto social de desigualdade de gênero:

A principal barreira pra mim [com relação à igualdade no trabalho] ainda é certo preconceito machista que existe em nossa sociedade em relação a alguns cargos que a mulher pode exercer e deve exercer, mas muitos deles só é designado ao masculino, ao homem... então acredito que a sociedade tem que mudar a visão... essa visão um pouco machista que a mulher só serve para ser dona de casa... e a amplitude da mulher em relação às atividades que podem ser feitas são variadas... ela pode exercer qualquer função do mercado de trabalho que ela deseja (M3).

Passemos, a seguir, a analisar de que modo as entrevistadas consideraram as questões referentes aos modos de resistir a estas subalternidades e enfrentamentos.

4.2.3 4.Modos de resistência coletivos

A última categoria a ser analisada diz respeito aos modos coletivos de resistência encontrados pelas mulheres para superar as situações de desigualdade e de opressão na sociedade patriarcal. Importa aqui compreender de que modo (e se) as mulheres têm se organizado para construir vivências compartilhadas de resistência.

Em síntese, as participantes do estudo relatam, em seus depoimentos, que não vivenciaram/presenciaram diretamente nenhum tipo de preconceito em seus locais de trabalho, como se depreende da fala de M1: “Até hoje nunca ouvi, nunca me deparei”.

Contudo, observa-se, de certa forma, algumas contradições: ora afirmam não ter vivenciado situações de preconceito, ora remetem à ideia de que existe o preconceito, como no seguinte trecho: “não, nunca ouvi em meu ambiente de trabalho, mas a gente sabe que existe, mas nunca presenciei” (M3).

Quando indagadas, entretanto, sobre se já tentaram, em algum momento de suas vidas, se organizar coletivamente, juntamente com outras mulheres, em alguma associação, sindicato etc., é unânime a resposta negativa das entrevistadas:

Não, porém acho que poderia ajudar bastante, porque *seria uma troca de conhecimentos*, mas nunca procurei me entrar (M1) [grifos nossos].

Não, eu participo do grupo no CRAS [Centro de Referência a Assistência Social], mas assim... *sindicato*, não... (M2) [grifos nossos].

Não, nunca fui a busca disso não, mas eu acredito que a mulher deve procurar realmente grupos que possam brigar por elas mesmo, existem vários caminhos para ir em busca dos seus direitos, grupos de homossexuais têm seus líderes, as mulheres também... acredito que existam... mas eu nunca procurei não [...] Sei lá... acho que a gente é meio acomodada, né... *aí que entra as ocupações de cuidar da casa, dos filhos, trabalhar fora, é mais falta de tempo mesmo* (M3) [grifos nossos].

É... eu *nunca tive essa ideia*, esse pensamento... *mas acho que poderia ajudar de alguma forma*, dependendo da causa que você queira representar... eu acho que sim... daria super certo (M4) [grifos nossos].

Observa-se que, apesar da percepção da maioria das entrevistadas acerca de relações de desigualdade e, algumas vezes, da consciência de que vivemos em uma sociedade sexista, que não confere as mesmas alternativas e oportunidades às mulheres, o potencial de organização coletiva das mulheres ainda é uma realidade distante do nosso núcleo de entrevistadas. Os espaços associativos que poderiam servir de mote para a troca de experiências, para a ajuda mútua e para o compartilhamento de formas de resistências não têm sido explorados em sua potencialidade.

Percebe-se, também, que, apesar da cidade de Guarabira ser a 9ª cidade mais populosa do estado da Paraíba (de um total de 223 municípios) e de constituir um polo regional do comércio na região do Brejo Paraibano, possuindo organização sindical, tanto dos/das trabalhadores/as do comércio quanto dos/das trabalhadores/as rurais, além de possuir organizações populares e movimentos sociais organizados, inclusive de mulheres trabalhadoras, como o Movimento de Trabalhadoras Rurais do Brejo (MMB), os debates sobre a organização e resistência coletiva parecem enfrentar dificuldades para chegar às mulheres entrevistadas.

Embora o objetivo desta pesquisa não tenha sido o de averiguar quantitativamente estas questões referentes às mulheres trabalhadoras, não se pode deixar de ressaltar o distanciamento das entidades de organização da sociedade civil da realidade das mulheres entrevistadas, inclusive – o que nos parece uma contradição considerável na realidade da luta coletiva das mulheres – da realidade da M4, mulher que trabalha diretamente para uma organização sindical.

5 Conclusão

No presente artigo, é possível observar que a igualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho são resultados de um processo das relações sociais que atendem aos interesses do sistema capitalista patriarcal, em que se determina, por meio da segmentação sexual do trabalho, uma grande expressão de desigualdade.

Nessa perspectiva, a divisão sexual do trabalho se dá de forma *hierarquizada* (HIRATA; KERGOAT, 2007), conferindo um maior valor às profissões masculinas e, assim sendo, uma desvalorização na execução do trabalho feminino. Através dessa divisão sexista existente, é reproduzida uma naturalização ou rotulação, que confere ao gênero feminino

condições “inatas” para realização de determinados tipos de trabalho, como se possuíssem qualidades ou habilidades naturais para realizar os afazeres do lar, o trabalho materno (BADINTER, 1985). A divisão sexual do trabalho ignora o fato de que estes processos resultam de constructos sociais (SCOTT, 1996) e que se configuram como trabalho efetivo inserido no “modo de produção patriarcal” (DELPHY, 2015). Um exemplo é a desconfiança lançada sobre a competência de uma mulher que exerce um papel de liderança.

O fato é que, apesar da evolução pela qual a sociedade brasileira e o mundo têm passado nos últimos anos em termos de igualdade de direitos e entrada das mulheres no mercado de trabalho, não se alterou em grandes proporções a vida da maioria das mulheres, principalmente daquelas pertencentes às classes baixas. As atividades femininas continuam fortemente associadas ao lar e ainda há uma grande subordinação das mulheres aos homens, sejam aos pais, quando solteiras, ou os maridos, quando casadas.

Com base nas entrevistas realizadas para a construção do trabalho, foi analisado que muitas das entrevistadas não vivenciaram o preconceito em seu ambiente de trabalho, mas frisaram a importância de buscar a organização e articulação das lutas das mulheres, na intencionalidade de romper com esse paradigma instaurado e todas as suas consequências.

Da discussão feita no texto, extraem-se alguns questionamentos que podem ser subsídios para pesquisas futuras e contribuir, em alguma medida, para explicar o atual quadro da divisão sexual no município de Guarabira no estado da Paraíba.

Acredita-se que os fatores expostos no decorrer deste trabalho são apenas alguns, que poderiam contribuir para melhor explicar o quadro da atual divisão sexual do trabalho no município citado. Pesquisas nessa direção são importantes para consolidar o Estado de Bem-Estar Social brasileiro e necessárias para ampliar as políticas de igualdade entre os gêneros em um contexto amplo, fortalecendo os direitos e respeito do indivíduo.

REFERÊNCIAS

- ARÁN, M. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 11, p. 399-422, jul./dez. 2003.
- BADINTER, E. **O miço do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BLOCH, *et al.* **Les forms particulières d’emploi France: un marche piedvers les emplois stables?** Paris: INSEE, 1998.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELPHY, C. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 17, p. 99-119, maio-ago. 2015.
- FARIA, N; NOBRE, M. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997.
- GRANT THORNTON. **Grant Thornton International Business Report 2016**. Disponível em: https://www.grantthornton.com.br/globalassets/_markets_/bra/media/arquivos-industrias/estudos/gt_wib_turning_promise_into_practice_online---final.pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.
- GUILLAUMIN, C. **Racism, sexism, power and ideology**. New York: Routledge, 2003.
- HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cad. Pagu**, Campinas, Dossiê: gênero no trabalho, n. 17-18, p. 139-156, 2002.
- HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2012.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notas técnicas: síntese de indicadores sociais 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/indicadores/publicacoes/sintese-dos-indicadores-sociais-2003-ibge>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Guarabira - Economia**. 2014. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/guarabira/panorama>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa mensal de emprego**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html?edicao=17949&t=sobre> Acesso em: 20 dez. 2017.
- KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.;

MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Org.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 732, 1999.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 303-332, maio-ago. 2008.

SCOTT, J. W. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. 2 ed. Recife: SOS Corpo, 1996.